

# Jurista faz crítica ao compulsório

O jurista Geraldo Ataliba, professor da Universidade de São Paulo, propôs ontem à Assembléia Nacional Constituinte o revigoreamento dos Tribunais de Contas como órgãos auxiliares do Poder Legislativo, com o propósito de reexaminar os atos do Executivo que possam contrariar leis aprovadas pelo Congresso.

Ao apresentar suas idéias à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Ataliba condenou os empréstimos compulsórios, usados pelo Governo Federal para cobrir déficits de caixa sem atender às finalidades que justificaram sua criação. Afirmou que, ao contrário do que se argumenta, o compulsório aumenta a carga tributária sobre o cidadão, porque não há garantia de restituição.

Ataliba lembrou o episódio das enchentes em Santa Catarina, em 1983, quando o Governo Federal instituiu um compulsório, mas não se obrigou a aplicar os recursos obtidos na região afetada. Ele propôs que a cobrança de empréstimos só se torne impositiva quando o Congresso Nacional aprovar lei que defina as circunstâncias e a época das calamidades públicas.

— Hoje, basta o Governo ler no jornal que houve um incêndio e fica à vontade para inventar um empréstimo compulsório, disse o jurista.